

## 8 Verificacionismo

### Sinopse

Segundo a teoria verificacionista, uma frase é dotada de significado se, e só se, a sua verdade faria alguma diferença no decurso da nossa experiência futura; uma frase ou “frase” inverificável pela experiência é destituída de significado. Mais especificamente, o significado particular de uma frase é a sua *condição de verificação*, o conjunto de experiências possíveis da parte de alguém que tenderiam a mostrar que a frase era verdadeira.

A teoria enfrenta várias objecções: declara que várias frases claramente dotadas de significado são destituídas de significado, e vice-versa; atribui significados errados a frases que considera dotadas de significado; e tem alguns pressupostos dúbios. Mas a pior objecção é que, como Duhem e Quine argumentaram, as frases individuais não têm por si mesmas condições de verificação próprias.

Quine admitiu essa desgraça e inferiu que as frases individuais não têm significados; segundo ele, não há significado frásico. Quine atacou também a perspectiva anteriormente muito difundida de que algumas frases são “analíticas” no sentido de serem verdadeiras por definição ou somente em virtude dos significados dos seus termos componentes.

### A teoria e a sua motivação

A teoria verificacionista do significado, que floresceu nos anos trinta e quarenta do séc. XX, era muitíssimo política. Era motivada, e reciprocamente ajudou a motivar, um empirismo e cientismo crescente na filosofia e noutras disciplinas. Em particular, era o motor que conduzia o movimento filosófico do positivismo lógico, que era correctamente encarado por filósofos da moral, poetas, teólogos e muitos outros como um ataque directo aos fundamentos dos seus respectivos labores. Ao contrário da maior parte das teorias filosóficas, tinha também um grande número de efeitos poderosos na prática efectiva da ciência, tanto bons quanto maus. Mas aqui examinaremos o verificacionismo simplesmente como mais uma teoria do significado linguístico.

Como dizia um popular lema positivista, uma diferença tem de fazer diferença. Ou seja, se um pedaço de linguagem é supostamente dotado de significado de todo em todo, então tem de fazer algum tipo de diferença para o pensamento e para a acção. E os positivistas tinham uma ideia muito específica sobre que tipo de diferença tinha o dever de fazer: o pedaço de linguagem devia ser relevante, especificamente, para o curso da nossa *experiência futura*. Se alguém profere o que parece uma frase, mas não temos ideia de

como a verdade dessa frase afectaria o futuro de um modo detectável, então em que sentido podemos dizer que é contudo uma frase dotada de significado para nós?

Os positivistas faziam esta pergunta de retórica como um desafio. Suponha-se que escrevo no quadro uma linha de algo que parece uma algaraviada e assiro que o que escrevi é uma frase dotada de significado na linguagem de alguém. Você pergunta-me o que acontecerá consoante o que escrevi for verdadeiro ou falso. E eu digo: “Nada; o mundo continuará na mesma, seja esta frase verdadeira, seja falsa.” Então você deve ficar com muitas suspeitas quanto à minha afirmação de que esta algaraviada aparente realmente quer dizer algo. Com menos dramatismo, se você ouvir alguém pronunciar algo numa língua estrangeira, presume que quer dizer algo, mas não tem ideia do que seja; isto é porque não sabe o que mostraria que essa frase é verdadeira ou falsa.

Os positivistas estavam preocupados com a propriedade básica de ser dotado de significado porque suspeitavam que muito do que passava por elocuições dotadas de significado nas obras dos Grandes Filósofos Mortos não eram de facto (nem sequer) dotadas de significado, quanto mais verdadeiras. Assim, o seu princípio verificacionista era sobretudo notavelmente usado como critério que distinguia o que tinha significado do que não o tinha: uma frase contava como dotada de significado se, e só se, havia um conjunto de experiências possíveis da parte de alguém que tenderiam a mostrar que a frase era verdadeira; chame-se a este conjunto a *condição de verificação* da frase. (Uma frase tem também uma condição de falsificação, o conjunto de experiências possíveis que tenderiam a mostrar que é falsa.) Se, ao examinar uma frase proposta, não se conseguisse encontrar tal conjunto de experiências, a frase reprovava o teste e revelar-se-ia destituída de significado, por mais apropriada que fosse a sua gramática de superfície. (Exemplos clássicos de alegadas reprovações incluem: “Tudo [incluindo todas as fitas métricas e outros dispositivos de medida] acabou de ficar com o dobro do tamanho.” Criação das onze horas: “Todo o universo físico começou a existir há apenas cinco minutos, juntamente com todas as memórias ostensivas e registos históricos.” Cepticismo do génio maligno: “Estamos constante e sistematicamente a ser enganados por um génio maligno poderoso que nos provoca experiências especiosas.”)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Estes são exemplos de hipóteses cépticas de um tipo que toda a tradição filosófica levou a sério; os positivistas tinham de se esforçar muito para mostrar que estas “hipóteses” eram destituídas de significado apesar de as frases parecerem perfeitamente dotadas de significado à primeira vista. Os positivistas tinham menos paciência e menos problemas com o idealismo hegeliano dos finais do séc. XIX, patente em “O Absoluto é perfeito,” e com o existencialismo heideggeriano, patente em “O Nada nadaifica” (“*Das Nichts nichtet*”). Recebi uma vez uma brochura que publicitava um livro novo de filosofia. A brochura tinha uma lista demarcada das características especiais do livro. E um dos itens era: “Onze novas maneiras de a negação se negar a si mesma.” Juro que não estou a inventar.

Mas os verificacionistas não se restringiam ao sem significado em si. A teoria assumia também uma forma mais específica, antecipada por C. S. Peirce (1878). Ocupava-se dos significados individuais das frases particulares, e identificava o significado de cada frase com a condição de verificação dessa frase.

Assim, a teoria tinha um uso prático como teste efectivo do que uma frase individual realmente quer dizer; prevê o conteúdo proposicional particular da frase. Esta é uma virtude importante, que nem todas as suas rivais têm. (A teoria proposicional ingénuo nada diz sobre como se associa uma proposição particular a uma dada frase.) Pretendia-se que a teoria verificacionista fosse usada, e tem sido usada — mesmo por pessoas que não a aceitam completamente —, como um instrumento clarificador. Quando você se confrontar com uma frase que presume ser dotada de significado mas que não compreende completamente, pergunte-se o que tenderia a mostrar que a frase é verdadeira ou falsa.

A teoria verificacionista é assim uma explicação *epistémica* do significado; ou seja, localiza o significado nas nossas maneiras de vir a saber ou a descobrir coisas. Para um verificacionista, o significado de uma frase é a sua epistemologia, é uma questão saber qual é a sua base indiciária apropriada. (Numa interpretação, a teoria inferencial do significado, ou teoria funcional sellarsiana, mencionada no capítulo 6, é verificacionista, dado que as regras de inferência de Sellars são dispositivos epistémicos.)

Os positivistas permitiam a existência de uma classe especial de frases que não têm conteúdo empírico mas são todavia dotadas de significado de algum modo: estas são as frases que são, digamos, verdadeiras por definição, verdadeiras unicamente em virtude dos significados dos termos que as compõem. “Nenhum solteiro é casado”; “Se está a nevar, está a nevar”; “Cinco lápis são mais lápis do que dois lápis.” As frases como estas não fazem previsões empíricas, segundo os positivistas, porque são verdadeiras seja o que for que aconteça no mundo. Mas são dotadas de um certo género de significado porque são verdadeiras; a sua verdade, por mais trivial, é garantida pelos significados colectivos das palavras que ocorrem nelas. Chama-se *analíticas* a tais frases.

O verificacionismo é uma perspectiva atraente que foi fervorosamente sustentada por muitas pessoas. Mas, como qualquer outra teoria do significado, tem os seus problemas.

## Algumas objecções

Os positivistas nunca chegaram a uma formulação do princípio da verificação que fosse satisfatório, nem mesmo para eles; nunca conseguiram que se ajustasse apenas às sequências de palavras que queriam. Toda a formulação precisa revelava-se demasiado forte ou demasiado fraca num ou outro aspecto (veja-se Hempel 1950). Há também um problema metodológico: para testar propostas de formulações os positivistas tinham de apelar a casos claros de ambos os tipos; isto é, de sequências de palavras dotadas de significado e

de sequências destituídas de significado. Mas isto pressupõe já que *há* sequências de palavras que são literalmente destituídas de significado apesar de estarem gramaticalmente bem formadas e apesar de serem compostas de palavras dotadas de significado; e isso é, se pensarmos bem, uma tese muito audaciosa.

Estes problemas não constituem objecções de princípio ao verificacionismo, mas sugerem dois outros que o são.

### OBJECÇÃO 1

Wittgenstein queixava-se que a teoria verificacionista é mais uma tentativa *monolítica* de chegar à “essência” da linguagem, e todas essas tentativas estão condenadas a falhar. Mas em particular, e menos dogmaticamente, a teoria aplica-se apenas ao que os positivistas chamavam linguagem descritiva, factual. Mas a linguagem descritiva ou factual é apenas um tipo de linguagem; também fazemos perguntas, damos ordens, escrevemos poemas, dizemos piadas, executamos cerimónias de vários tipos, e assim por diante. Presumivelmente, uma teoria adequada do significado deveria aplicar-se a todos esses usos da linguagem, dado que em qualquer sentido comum do termo todos são usos dotados de significado; mas é difícil ver como a teoria verificacionista se poderia alargar de modo a abrangê-los.

### RESPOSTA

Os positivistas reconheciam que se ocupavam do significado apenas num sentido restrito; chamavam-lhe sentido “cognitivo.” Ser “cognitivamente” dotado de significado é aproximadamente ser uma afirmação de facto. Perguntas, ordens e linhas de poesia não são afirmações factuais ou descritivas nesse sentido, apesar de terem funções linguísticas importantes e de serem “dotadas de significado” no sentido comum, opondo-se a algareviadas.

A restrição ao significado “cognitivo” não era problemática para os propósitos metafísicos e anti-metafísicos positivistas mais latos, mas do nosso ponto de vista, a elucidação do significado linguístico em geral, é prejudicial. Uma teoria do significado no nosso sentido tem por missão explicar todos os factos do significado, e não apenas os respeitantes à linguagem factual. Além disso, a retirada para o significado “cognitivo” em nada ajuda a responder à objecção 2.

### OBJECÇÃO 2

Como salientámos, os positivistas trabalhavam com ideias admitidamente preconceituosas sobre que sequências de palavras são ou não dotadas de significado, tentando excluir as que são intuitivamente destituídas de significado e incluir as que são obviamente dotadas de significado. Mas não eram apenas os positivistas que tinham ideias preconceituosas

sobre que sequências de palavras são dotadas de significado. Suponha-se que olhamos para uma dada sequência de palavras e perguntamos se é ou não verificável e, em caso afirmativo, o que a verificaria. Para o fazer, temos de saber já o que a frase diz; como poderíamos saber se é verificável ou não a menos que soubéssemos o que diz?

Para determinar como se verifica a presença de um vírus, digamos, temos de saber o que são vírus e onde, em geral, se encontram; assim, parece que temos de compreender o discurso acerca de vírus para verificar afirmações sobre vírus, e não o contrário. Mas se já sabemos o que a nossa frase diz, então há algo que ela diz. E, nessa medida, já é dotada de significado. Assim, a questão da verificabilidade e das condições de verificação é conceptualmente posterior a saber o que a frase significa; parece que temos de saber o que a frase significa para saber como verificá-la.<sup>2</sup> Mas isto é precisamente o oposto do que diz a teoria verificacionista.

Um aspecto relacionado é haver uma diferença flagrante entre as frases que os positivistas queriam excluir por serem destituídas de significado (“Tudo acabou de ficar com o dobro do tamanho,” “Todo o universo físico começou a existir há apenas cinco minutos”) e os casos paradigmáticos de sequências destituídas de significado do género ilustrado no capítulo 1: algaraviadas (“w gfjsdkhj jjobfglglf ud”) ou apenas saladas de palavras (“Bom de fora pedante o um um porquê”). Certamente que as primeiras sequências não são destituídas de significado da mesma maneira drástica e óbvia que estas últimas. Seja o que for que possa haver de errado com elas de um ponto de vista epistemológico, não são meras algaraviadas.

## RESPOSTA

O verificacionista tem de apresentar alguma diferença entre os dois tipos de sequência, sem admitir que as sequências do primeiro tipo são afinal dotadas de significado. Eis uma jogada possível. As sequências do primeiro tipo são feitas de palavras portuguesas habituais e, por serem gramaticais de um ponto de vista sintáctico superficial, há uma espécie de ilusão de compreensão. Dado que são sequências de palavras de um tipo que muitas vezes dizem e significam algo, produzem em nós um sentimento de familiaridade. Temos a impressão de que sabemos o que dizem. E num sentido fraco sabemos: podemos analisá-las gramaticalmente, e compreendemos cada uma das palavras que nelas ocorrem. Mas daqui não se segue que estas sequências de palavras significam de facto algo tomadas em conjunto.

<sup>2</sup> Claro que há graus de compreensão. Podemos não compreender um termo completamente. (Sabe o que é exactamente um eixo de cames? E quanto a um acelerador linear?) Mas para compreender uma frase, mesmo apenas em parte, temos de ter alguma ideia do que a frase diz. Todavia, uma vez mais, isso implica que já há algo que a frase diz antes de se determinar seja o que for quanto às suas condições de verificação.

### OBJECÇÃO 3

A teoria verificacionista conduz a uma metafísica má ou pelo menos altamente controversa. Recorde-se que uma condição de verificação é um conjunto de *experiências*. Os positivistas queriam que tais experiências verificadoras fossem descritas num tipo de linguagem uniforme chamada “Linguagem observacional.” Suponha-se que a nossa “linguagem observacional” se restringe ao vocabulário de impressões sensoriais subjectivas, como em “Agora parece que estou a ver uma coisa cor-de-rosa com a forma de um coelho à minha frente.” Então segue-se do verificacionismo que qualquer afirmação dotada de significado que eu consiga fazer só pode em última análise ser acerca das minhas próprias impressões sensoriais; se o solipsismo for falso, *eu* não posso dizer que o é numa linguagem dotada de significado. Nem eu, nem ninguém.

Mesmo que em vez disso tornemos a nossa noção de “observação” mais flexível, incluindo o que Hempel (1950) chamava as “características directamente observáveis” de objectos comuns, continua a ser verdade que o verificacionismo reduz o significado de uma frase ao tipo de indícios observacionais que podemos ter a favor dessa frase, *e nada mais*. Por exemplo, somos conduzidos a uma perspectiva grotescamente revisionista quanto aos objectos científicos — a perspectiva instrumentalista de que as afirmações científicas sobre electrões, traços de memória, outras galáxias e coisas parecidas são meramente abreviações de conjuntos complexos de frases sobre os nossos próprios dados laboratoriais. Qual é a condição de verificação de uma frase sobre um electrão? Claro que é algo macroscópico, algo sobre leituras num aparelho de medição ou traços de vapor numa câmara Wilson de vapores ultra-saturados ou padrões de dispersão num tubo catódico ou algo desse género. É observável a olho nu aqui e agora. Devemos realmente acreditar que quando falamos de partículas subatómicas não estamos realmente a falar de partículas pequenas — partículas tão pequenas que não podem ser observadas — mas antes de leituras num aparelho de medição, traços de vapor, e coisas do género? (Os próprios positivistas não consideravam que este instrumentalismo fosse grotesco: pensavam que era uma verdade importante. Mas *eu* penso que é grotesco.)

E quando nos voltamos para questões sobre a mente humana, descobrimos que emerge imediatamente uma versão muito forte de comportamentalismo: as afirmações sobre as mentes das pessoas são meramente abreviaturas de afirmações sobre o seu comportamento aberto. Pois o único género de indícios observacionais que tenho quanto aos seus pensamentos e sentimentos mais privados é o seu comportamento que vejo e oiço. Se formos verificacionistas, a filosofia da mente está feita e acabada.

*Talvez* uma ou mais das teorias anteriores, que para mim são indesejáveis, seja verdadeira. Talvez *todas* sejam verdadeiras. Mas o que está em causa é que a nossa teoria do significado linguístico não deve mostrar *num só passo* que o são. A metafísica não deve ser resolvida por uma teoria da linguagem, pois a linguagem é apenas uma adaptação tar-

dia que se encontra numa espécie de primatas. (Talvez nem seja uma adaptação, mas antes um pliotropismo; isto é, um mero subproduto de outros traços que são em si adaptativos.)

#### OBJECÇÃO 4

Como se aplica o princípio verificacionista a si mesmo? Ou é empiricamente verificável ou não.

Suponha-se que não é verificável. Então ou é *apenas* destituído de significado ou é uma verdade “analítica” vácuca ou definicional. Pelo menos um positivista (já não me lembro qual) abraçava galantemente a ideia de que o princípio é apenas destituído de significado, uma escada a deitar fora depois de termos subido por ela. Alguns positivistas adoptavam a linha de que o princípio era uma definição estipulativa útil da palavra “significado,” para fins técnicos. Hempel (1950) chamava “proposta” ao princípio, não sendo assim verdadeira nem falsa, apesar de estar sujeita a várias exigências e restrições racionais, não sendo portanto simplesmente *arbitrária*. Claro, qualquer filósofo pode estipular qualquer coisa a qualquer momento; mas como poderia isso ajudar quem procura uma *teoria do significado* (em si), credível e na verdade correcta? As estipulações têm os seus usos mas, quando estamos a tentar chegar a uma teoria filosófica adequada de um fenómeno pré-existente, uma estipulação não é uma grande ajuda.

Suponho que alguns positivistas pensam que o princípio era uma definição fiel, correcta, que capta o significado anterior de “significado.” O problema dessa ideia é não sabermos que indícios especificamente semânticos exibiriam a correcção da definição. Os positivistas não sujeitaram certamente o termo “significado” ao género de análise que Russell dedicou à palavra “o”; e nem as pessoas comuns nem os filósofos que não são positivistas partilhavam quaisquer juízos *intuitivos* compatíveis com o princípio verificacionista. Não parece analítico, como “Nenhum solteiro é casado”; duvido que qualquer pessoa que compreenda o que a palavra “significado” significa e o que “verificar” significa saiba que ser dotado de significado é apenas ser verificável e que o significado de uma frase é a sua condição de verificação.

Suponha-se que o princípio é tido como empiricamente verificável. Isto é, presume-se que será supostamente confirmado pelas nossas experiências de frases, dos seus significados e das suas condições de verificação, e suponha-se que se *descobriu* que o significado se alinha com a condição de verificação. Mas (como na objecção 1) isso pressupõe que podemos reconhecer os significados das frases independentemente de lhes atribuirmos condições de verificação. E não é claro o que deve contar como dados “empíricos” no qual o princípio deverá basear-se. Resultados de inquéritos de rua? Definições de dicionário? (Isso, *nunca*.) As nossas próprias “intuições” linguísticas? (Acredita-se que o próprio significado do princípio verificacionista coincidiria então, pelo próprio princípio, com a sua própria

condição de verificação, o conjunto de experiências como que de significados coincidindo com condições de verificação; isto é um enleio desagradável, mas não tenho a certeza se é vicioso, em última análise.)

Em qualquer caso, o problema da auto-aplicação é real, e não apenas um truque superficial.<sup>3</sup>

### OBJECÇÃO 5

Erwin (1970) oferece um argumento para mostrar que toda a afirmação é verificável, trivialmente e praticamente da mesma maneira. Suponha-se que nos apresentam uma máquina esquisita que se revela uma maravilhosa máquina de previsão. Nomeadamente, quando se codifica uma frase declarativa num cartão e o inserimos numa abertura da máquina, esta faz um zunido e um ruído surdo e surge a palavra “VERDADEIRO” ou “FALSO”; além disso, tanto quanto conseguimos aferir, a máquina está milagrosamente *sempre certa*.

Considere-se agora uma sequência de palavras arbitrariamente escolhida, *S*. O seguinte conjunto de experiências *seria* suficiente para elevar drasticamente a probabilidade de *S*:

1. Codificamos *S* num cartão.
2. Introduzimos o cartão na nossa máquina.
3. Na máquina surge a palavra “VERDADEIRO”.

(E recorde-se que a máquina nunca se enganou.) Assim, há um conjunto possível de experiências que confirmariam *S*, ainda que *S* seja intuitivamente uma algaraviada. E a condição de verificação particular da própria *S* seria que, quando é codificada e introduzida na máquina, a máquina responde “VERDADEIRO.” Assim, a teoria verificacionista fica trivializada, dado que qualquer sequência de palavras é verificável, e atribui os significados errados a frases particulares (porque pouquíssimas frases querem dizer algo acerca de cartões que são introduzidos em máquinas infernais.)

Há algo de errado com este argumento. Mas descobri que é muitíssimo difícil dizer exactamente o que há de errado.

<sup>3</sup> O verificacionismo cortejou o que o falecido David Stove (1991) chamava o “efeito de Ismael,” o fenómeno de uma teoria filosófica fazer de si mesma a única excepção. (A referência é ao *Moby Dick*: “E só eu escapei para vos contar”; na verdade, isto é em si uma citação de Job 1:15.) Por exemplo: “Tudo o que podemos saber é que não podemos saber coisa alguma.” “O único pecado moral é a intolerância.” “Absolutamente tudo é relativo.”

### OBJECÇÃO 6

Qualquer versão do princípio verificacionista tem de pressupor uma “linguagem observacional” na qual se descrevam as experiências; consequentemente, tem de sancionar uma distinção firme entre termos “observacionais” e (correlativamente) “teóricos.” Como mencionei, alguns positivistas restringiam a sua linguagem observacional a afirmações sobre as impressões sensoriais privadas e subjectivas das pessoas. Mas isso não respondia aos propósitos da ciência intersubjectiva testável, de modo que a maior parte dos subjectivistas juntaram-se a Hempel (1950), apelando às “características directamente observáveis” dos objectos comuns. Isto tem dois problemas. Primeiro, a noção de “observação directa” é controversa, e parece totalmente relativa à tecnologia *e também* aos interesses e projectos. Uma observação visual é “directa” quando estamos a usar óculos? E se estivermos a usar uma lupa? E se observarmos por um microscópio, com um ou outro grau de ampliação? E que dizer do microscópio electrónico?

Segundo, as “observações,” e as afirmações formuladas na “linguagem observacional,” estão *impregnadas de teoria*, pelo menos em parte; o que conta como uma observação e o que conta como observado e o modo como se descreve um “dado” — tudo isto é determinado em parte pelas próprias teorias que estão em questão.

Estes dois problemas são questões espinhosas na filosofia da ciência; só as menciono de passagem.<sup>4</sup> Mas ajudam a dar forma a uma objecção muito mais profunda ao verificacionismo.

## A grande objecção

### OBJECÇÃO 7

Na esteira de Pierre Duhem (1906), W. v. Quine (1953, 1960) argumenta que nenhuma frase individual *tem* uma condição de verificação distinta, excepto relativamente a uma massa de teoria de fundo contra a qual a testagem “observacional” tem lugar.

Há uma ideia ingénua que muitas pessoas têm sobre a ciência. É a ideia de que se formula uma hipótese científica que depois testamos fazendo uma experimentação, e a experimentação mostra, só por si, se a hipótese é correcta. Duhem salientou que na história do universo nunca houve uma experimentação que tenha podido só por si verificar ou falsificar uma hipótese. A razão é que há sempre demasiados pressupostos auxiliares que se tem de aceitar para fazer a hipótese contactar com o aparato experimental. As hipóteses por vezes são realmente infirmadas — completamente refutadas, se quisermos — mas

<sup>4</sup> Veja-se Achinstein (1965) e Churchland (1988). Mas quanto ao segundo aspecto tem havido alguma discordância, como Fodor (1988).

isso é só porque os cientistas envolvidos mantêm inalterados outros pressupostos que são disputáveis e que até podem ser perfeitamente falsos. Suponha-se que estamos a fazer um estudo astronómico, e que estamos a verificar e a refutar coisas fazendo observações através de complicados telescópios. Ao usar tais telescópios estamos a pressupor praticamente toda a teoria óptica, e muitas mais coisas.

Surpreendentemente, o que Duhem disse aplica-se também à vida quotidiana. Tome-se uma qualquer frase comum sobre um objecto físico, como “Está uma cadeira à cabeça da mesa.” Qual é a sua condição de verificação? Uma primeira coisa a notar é que “o” conjunto de experiências que confirmariam essa frase é de certo modo condicional, dependendo do nosso ponto de vista hipotético. Podemos tentar algo assim: se entrarmos na sala vindos da direcção desta porta, teremos experiência de uma cadeira à cabeça da mesa. Mas mesmo isto depende. Depende de termos os olhos abertos, e depende de o nosso aparato sensorial estar a funcionar apropriadamente, e depende de as luzes estarem ligadas, e... Estas restrições não parecem chegar ao fim. Se tentarmos inserir as reservas apropriadas (“Se entrarmos na sala, e tivermos os olhos abertos, e o nosso aparato sensorial estiver a funcionar,...”), surgem mais restrições: caminhamos de frente ou de costas? Há algo interposto entre nós e a cadeira? A cadeira foi disfarçada? Os marcianos tornaram-na invisível? Terá o nosso cérebro sido alterado por uma emissão inesperada de raios Q vindos do céu? E podemos continuar nisto durante dias.

A moral da história é que o que tomamos como “a” condição de verificação de uma dada afirmação empírica pressupõe um pano de fundo gigantesco de pressupostos auxiliares preestabelecidos. Estes pressupostos são de hábito perfeitamente razoáveis, e não os fazemos por acaso. Mas uma “condição de verificação” particular só está associada com uma dada frase se escolhermos admitir tais pressupostos, e quase qualquer um deles pode falhar. Intrinsecamente, a frase não tem qualquer condição de verificação determinada.

Isto é (no mínimo) embaraçoso para uma teoria que identifica o significado de uma frase com a sua condição de verificação. Mas, como veremos, a questão não acaba aqui.

### *DUAS QUESTÕES QUINIANAS*

Nos anos cinquenta e sessenta do séc. XX, W. v. Quine levantou dois desafios à filosofia da linguagem dos positivistas. Primeiro, atacou a noção de analiticidade (Quine 1953, 1960); isto é, atacou a tese de que algumas frases são verdadeiras inteiramente em virtude do seu significado e não por causa de qualquer contribuição do mundo extralinguístico. Quine apresenta vários argumentos contra a analiticidade. Alguns não são convincentes. Outros são melhores, e fizeram de “analítico” uma palavra feia desde então, ou pelo menos até um ressurgimento recente. Não farei uma lista; darei apenas uma ideia geral do que penso ser fundamental no repúdio de Quine da analiticidade.

Quine partilha e sustenta a inclinação epistemológica dos positivistas, e pensa que se o significado linguístico for alguma coisa, terá de ser uma função da base indiciária. Mas a sua epistemologia difere da dos positivistas por ser holista. Há frases individuais que consideramos verdadeiras e outras que rejeitamos por serem falsas, mas em cada caso a base da nossa crença é uma questão, complexa, de relações indiciárias que a nossa frase mantém com muitas outras frases. Sempre que parece que é necessário rever crenças, podemos escolher entre muitíssimas crenças que podemos abandonar para manter um sistema adequadamente coerente (recorde-se a questão de Duhem). E nenhuma crença está completamente imune à revisão, nenhuma frase há que não *poderia* ser rejeitada sob a pressão de indícios empíricos juntamente com uma preocupação com a coerência geral. Mesmo verdades aparentes da lógica, como as verdades da forma “Ou  $P$  ou não  $P$ ,” poderiam ser abandonadas à luz de fenómenos adequadamente bizarros da mecânica quântica. Mas uma frase analítica seria por definição inteiramente insensível aos dados do mundo, e portanto imune à revisão. Logo, não há frases analíticas.

Pode parecer que em termos práticos não é muito relevante haver ou não frases que ocupem a pitoresca categoria filosófica do “analítico.” Mas a rejeição de Quine da analiticidade tem realmente uma pequena repercussão interessante. Suponha-se que duas frases portuguesas,  $F_1$  e  $F_2$ , são precisamente sinónimas. Então, a frase condicional “Se  $F_1$ , então  $F_2$ ” deveria ser analítica, pois tem como conteúdo “Se [este estado de coisas], então [este mesmo estado de coisas],” que dificilmente poderia ser falsificado por qualquer desenvolvimento empírico. Logo, se não há frases analíticas, nenhuma das frases portuguesas são precisamente sinónimas, nem sequer “A mãe de Kant era uma mulher” e “A mãe de Kant era um ser humano do sexo feminino.”<sup>5</sup>

As coisas ficam ainda piores. Eis o segundo desafio que Quine lança aos positivistas e praticamente, na verdade, a toda a gente. Não se trata apenas de não haver frases analíticas, nem de não haver frases sinónimas. O que se passa é que *o significado é coisa que não existe*. Quine começa por negar os nossos “factos do significado,” e insiste num eliminativismo ou niilismo quanto ao significado, na forma da sua doutrina da “indeterminação da tradução.”

Quine apresentou também aqui vários argumentos, alguns mais convincentes do que outros. Um deles (de Quine 1969) pode ser formulado com grande simplicidade: as frases individuais não têm condições de verificação. Mas, se uma frase tivesse qualquer significado, seria uma condição de verificação. Logo, as frases individuais não têm qualquer significado de todo em todo. É assim que Quine salva o verificacionismo da objecção 5. Mas este é um salto desesperado, dado salvar a povoação destruindo-a, eliminando sim-

<sup>5</sup> Na verdade, um bom quiniiano consumado não deveria aceitar este argumento. Porquê? (*Pista*: veja o parágrafo anterior.)

plesmente o significado e os próprios factos do significado. O problema com o argumento, é claro, está na justificação da segunda premissa; se as frases não têm condições de verificação, porquê continuar a aceitar o verificacionismo quando há tantas outras teorias do significado à nossa disposição?

Um argumento mais conhecido começa com a hipótese de um linguista de campo a investigar uma linguagem nativa alienígena a partir do zero, tentando construir um “manual de tradução” ou um dicionário de nativo-português. Quine argumenta que a totalidade dos indícios disponíveis ao linguista não determinam qualquer um manual de tradução; muitos manuais mutuamente incompatíveis são inteiramente consistentes com esses indícios. Além disso, a subdeterminação neste caso não é apenas a subdeterminação normal das teorias científicas face aos indícios nos quais se baseiam. É radical: nem sequer a totalidade dos factos do mundo é suficiente para vindicar um dos manuais rivais de tradução contra os outros. Logo, nenhuma tradução é correcta à exclusão das suas traduções rivais. Mas se as frases tivessem significados, teriam traduções correctas, nomeadamente as traduções que preservassem os seus significados efectivos. Logo, as frases não têm significados.

O problema aqui é justificar a premissa de que nem sequer a totalidade dos factos físicos do mundo determina a correcção de um dos manuais de tradução rivais. A defesa dessa premissa permanece obscura.

## Sumário

- Segundo a teoria verificacionista, uma frase é dotada de significado se, e só se, caso fosse verdadeira isso faria alguma diferença no decurso da nossa experiência futura; e o significado particular de uma frase é a sua *condição de verificação*, o conjunto de experiências possíveis que tenderiam a mostrar que essa frase era verdadeira.
- A teoria enfrenta várias objecções de médio porte.
- Mas a objecção mais forte é que, como Duhem e Quine argumentaram, as frases individuais não têm condições de verificação distintas por si mesmas.
- Quine atacou a perspectiva de que há frases “analíticas,” frases verdadeiras somente em virtude dos seus significados.
- Da posição de Duhem Quine inferiu a tese radical de que as frases individuais não têm significados; o significado frásico é coisa que não existe.

## Questões

1. Responda em nome do verificacionista a uma das objecções 1-6.
2. Tente enfrentar a objecção 7.
3. Tem alguma crítica complementar a fazer à teoria verificacionista?
4. Discuta o ataque de Quine à analiticidade, ou a sua defesa da indeterminação do significado. (São necessárias leituras externas para qualquer destas questões.)

## Leitura complementar

- Ayer (1946) é um clássico e/mas é uma exposição e defesa muito acessíveis do verificacionismo.
- Alguns artigos anti-verificacionistas influentes, além de Quine, foram Waismann (1965<sup>b</sup>) e vários artigos coligidos de Hilary Putnam (1975<sup>b</sup>), especialmente “Dreaming and “Depth Grammar”.”
- A doutrina de Quine da indeterminação da tradução abrangeu uma vasta bibliografia tóxica. Para uma perspectiva da doutrina e da bibliografia inicial veja-se Lycan (1984: cap. 9) (estava à espera que eu recomendasse a perspectiva de *outros?*); veja-se também Bar-On (1992).
- Os anos setenta e oitenta do séc. XX viram a eclosão do neoverificacionismo, em grande medida devido aos escritos de Michael Dummett reunidos no seu livro de 1978. Para um ataque excessivamente simplificado a Dummett, mas muito claro, veja-se Devitt (1983).